

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Porto Seguro Companhia
de Seguros Gerais

30 de Junho de 2026

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e as correspondentes demonstrações financeiras intermediárias juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao período de 30 de junho de 2026.

NOSSO DESEMPENHO

- **Eventos societários**

Em continuidade à estratégia de reorganização societária do Grupo Porto, voltada a segregação de seus negócios em verticais especializadas, a Companhia concentrou, a partir de 2025, a emissão de novas apólices e as renovações de suas controladas “Azul Seguros” e “Itaú Auto e Residência”.

A reorganização societária visa as incorporações das controladas e consolidação das operações de seguros de automóvel, residencial, entre outros, pela Porto Companhia de Seguros Gerais, sobre as quais informamos:

- Em fevereiro de 2026, concluímos a incorporação da controlada Itaú Auto e Residência, mediante aprovações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Em decorrência da incorporação a Companhia obteve, no período, eficiência tributária por meio de dedutibilidade de amortizações oriundas da combinação de negócios originário, com impacto positivo no resultado/lucro líquido em aproximadamente R\$ 215,2 milhões.
- Em junho de 2026, protocolamos junto à SUSEP o pedido de autorização para incorporação da controlada Azul Seguros, cujo processo está em análise pelo órgão regulador. Esta etapa consolidará o compromisso da Administração com a otimização da estrutura societária da vertical de seguros, proporcionando eficiência de capital e ganho de agilidade na prestação de serviços e gestão dos negócios.

- **Prêmios emitidos**

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no período R\$ 11.817,3 milhões, um aumento de R\$ 1.214,6 milhões, 11,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. O principal motivo está relacionado às novas emissões e renovações da marca Azul e Itaú.

- **Despesas administrativas**

No período, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 11,4%, com redução de (1,7) p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Resultado financeiro**

O resultado financeiro totalizou no período R\$ 422,6 milhões, um aumento de R\$ 82,5 milhões, 24,3% em relação mesmo período do ano anterior. O aumento está substancialmente relacionado ao melhor rendimento das aplicações financeiras.

- **Índice combinado**

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos) no período foi de 90,0%, uma redução de (1,0) p.p. em relação aos 91,0% do período anterior. Já o índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no período foi de 86,7%, com uma redução de (0,9) p.p. em relação ao mesmo período anterior. Estas variações decorrem principalmente da redução do índice de despesas administrativas e tributos.

- **Resultado do período e por ação**

O resultado totalizou no período R\$ 1.243,9 milhões, um aumento de R\$ 411,8 milhões, 49,5% em relação ao ano anterior. Essa variação decorreu substancialmente do aumento expressivo dos prêmios emitidos e resultado financeiro. O resultado por ação, por sua vez, apresentou variação positiva em decorrência desse aumento, sendo R\$ 1,73 no período e R\$ 1,16 no período anterior.

- **Declaração de capacidade financeira**

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "Custo amortizado", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

- **Política de reinvestimento de lucros e pagamento de dividendos**

Do lucro líquido serão deduzidos, se for o caso, antes de qualquer destinação e independente de deliberação, os prejuízos acumulados. Na sequência serão realizadas as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social.

O Estatuto prevê, o pagamento aos acionistas da Companhia, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos. O saldo remanescente será destinado à reserva de lucros, aguardando destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes. Além disso, está autorizada a qualquer tempo pagar juros sobre capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

No final de abril, divulgamos nosso Relatório de Sustentabilidade, seguindo os padrões GRI e SASB, com os principais avanços da agenda de Sustentabilidade em 2025.

Economia Circular: Expansão da infraestrutura da Renova Ecopeças para 9.500 m² e duplicação da capacidade de estoque para armazenar mais de 40 mil peças, elevando o patamar de escala para desmontar mais de 10 mil veículos por ano. A iniciativa dá sequência ao amadurecimento do modelo de negócio, que registrou recorde histórico de 3,4 mil veículos desmontados e 70 mil itens reaproveitados, aproximando a companhia da meta de dobrar a reciclagem veicular até 2030.

Resiliência Climática: Adaptação e ampliação do portfólio de produtos para cobrir novos riscos decorrentes do El Niño e do aumento de eventos extremos. Diante de um cenário nacional em que 91% dos R\$ 184 bilhões em prejuízos por desastres climáticos ficaram sem seguro, a Porto assumiu papel ativo na proteção patrimonial e resiliência financeira de clientes e empresas, impulsionando o objetivo estratégico do Regenera de comercializar R\$ 13 bilhões em produtos de impacto socioambiental positivo até 2030.

Projetos & Investimento Sociais

1. Panorama Estratégico e Missão

O Instituto Porto tem como direcionamento estratégico propiciar o desenvolvimento local, gerando impacto social em comunidades ao redor da Porto em todo Brasil. Com o propósito de gerar oportunidades por meio da educação, conectando pessoas e parceiros para fortalecer trajetórias e transformar territórios. Também é realizado ações de mobilização e parceria através do voluntariado, captação de recursos (materiais e financeiros), investimentos via leis de incentivos fiscais e inclusão produtiva de pessoas no Brasil e por meio de programas e projetos próprios realizados na região de Campos Elíseos, centro de São Paulo, onde está instalada a Matriz da Cia. Essa atuação constitui o pilar social do compromisso do Programa Regenera para a temporada 25-30, integrando o impacto social ao modelo de negócio da Porto para regenerar territórios e promover acesso a oportunidades de educação e geração de renda para a comunidade até 2030.

2. Resultados da Frente de Inclusão Produtiva

Esta frente demonstrou uma maturidade crescente, com destaque para o programa de Pré-Formação. Em comparação ao primeiro semestre de 2025, houve um salto de 311% no número de inscrições (passando de 411 para 1.699) e um aumento de 56% no total de 276 formados, consolidando o programa como uma porta de entrada eficiente para o primeiro emprego.

No programa Jovem Aprendiz, o número de oportunidades teve um crescimento de 19% (de 80 admitidos para 94 admitidos). Podemos ressaltar que a qualidade e a intensidade da formação aumentaram significativamente por meio de implantação de novos projetos socioeducacionais complementares à matriz curricular do programa e inclusão de atendimentos sociais com profissional de serviço social, exclusivo para acompanhamento dos jovens aprendizes no programa.

3. Programa Ação Educa

A frente de Educação, centralizada no Programa Ação Educa, atendeu 200 crianças e adolescentes, de 6 a 17 anos. O trimestre foi focado no fortalecimento de competências socioemocionais e aprimoramento da trilha pedagógica para o público de 15 a 17 anos, com a inclusão de oficinas de inglês e tecnologia alinhadas ao interesse dos adolescentes. A proposta tem como objetivo oferecer, ao longo do ano, pequenos módulos com emissão de certificados. Assim, além de ampliarem seus conhecimentos na área, os educandos poderão enriquecer seus currículos com as certificações emitidas pela empresa parceira. Entre as principais realizações, os educandos realizaram uma imersão na Associação Vila Nova Esperança (SP), comunidade reconhecida internacionalmente como "Favela Verde". A visita prática consolidou o percurso investigativo de cidadania, apresentando aos adolescentes soluções de protagonismo socioambiental. Paralelamente, aplicando a abordagem sistêmica de fortalecer a rede de apoio familiar, o programa realizou três encontros temáticos sob a premissa "cuidar de quem cuida" para as famílias dos educandos. Conduzidos por três psicólogos no período noturno para garantir a acessibilidade de pais trabalhadores, as sessões focaram em parentalidade positiva e saúde mental, assegurando a corresponsabilidade no processo socioeducativo.

4. Ambiente de inovação Socioeducacional

Atuando há mais de 20 anos, o Instituto Porto vem se consolidando como um espaço de referência na atuação social para os próximos cinco anos ampliar sua contribuição para um futuro mais justo e com mais oportunidades de acesso. E com isso, passa a fortalecer ainda mais sua rede de parcerias com instituições que atuam com educação, sendo um ambiente que potencializa a sua causa e cresce nos territórios onde atua. Por isso, ao assumir o compromisso público na estratégia do Regenera 2030 para melhorar o desempenho escolar de 1.000 crianças e adolescentes até 2030, entendemos que o sucesso escolar é um indicador multidimensional que envolve não apenas o aprendizado formal, mas o suporte biopsicossocial e o fortalecimento do ecossistema educativo.

Em abril o Instituto Porto abriu o edital para selecionar Organizações da Sociedade Civil (OSCs) sem fins lucrativos, com sólida articulação com a área da Educação, para comporem uma Rede de Aprendizagem e Inovação Socioeducativa. O propósito não é apenas o fomento financeiro (R\$100 mil reais para cada OSC selecionada), mas a construção de um ecossistema colaborativo onde as organizações participantes possam:

- Integrar uma Rede de Troca: Participar ativamente de fóruns de discussão e coprodução de metodologias socioeducativas inovadoras.
- Ser Agentes Articuladores: Articular com escolas públicas e/ou rede socioassistencial.
- Gerar Evidências de Impacto: Implementar ferramentas de monitoramento que tragam dados concretos sobre a melhora do desempenho escolar, fornecendo insumos para o contínuo aprimoramento das estratégias do Instituto Porto e do Programa Regenera.

O Edital recebeu 29 projetos, dos quais dois foram selecionados para parceria no 2º semestre, período que será dedicado ao acompanhamento técnico e monitoramento de resultados.

5. Voluntariado Corporativo

O engajamento social evidencia a força da cultura de voluntariado no ecossistema Porto. Em março, o programa Porto Voluntário abriu mais de 800 vagas para ações conectadas às estratégias do Instituto Porto nos pilares de Educação, Mercado de Trabalho e Bem-Estar Social. No primeiro semestre, foram realizadas mais de 50 ações no Brasil como: contação de histórias, palestras para jovens, ações com a causa animal, aulas de inglês para crianças e horta comunitária entre outras. Mobilizando 636 voluntários colaboradores e prestadores Porto. Para participar, os colaboradores/

prestadores se conectam a uma causa, alinham a atuação com suas lideranças e dedicam seu tempo e talento dentro do horário de trabalho, e com isso, contribuí para beneficiar mais de 4 mil pessoas atendidas através das instituições parceiras na matriz e nas sucursais.

6. Captação de recursos financeiros

Com objetivo engajar todo o ecossistema da Porto para uma cultura de doação e captar recursos para investir em iniciativas de educação do Instituto Porto e Organizações Sociais parceiras, essa frente de trabalho atuou neste trimestre conversando com toda base de doadores com o objetivo de fidelizar, prestar contas e informar sobre as atividades do Instituto Porto, além algumas ações realizadas como o lançamento da Campanha “ Assine o Futuro” no mês de Abril, com o objetivo de trazer novos doadores para o Instituto Porto, baseado no conceito de Assinatura, transformando o ato de doar em um serviço de impacto social — atrelado a algo que o colaborador já está acostumado a consumir. Esta campanha trouxe para o Instituto Porto 127 novos doadores até junho, aumentando essa fonte de receita em 20%. A campanha é atemporal e será trabalhada no 2º semestre. Além disso, aconteceram ações no Programa Nota Fiscal Paulista, com a entrada de 196 novos doadores para o Programa, que segue em expansão e se consolida como a principal fonte de receita para o Instituto. As fontes de receitas para 2026 permanecem as mesmas. Importante ressaltar que neste semestre renovamos o certificado de captação de recursos para o Projeto aprovado pelo CONDECA, sendo mais uma fonte de receita, considerando a lei de incentivo fiscal para o ano vigente. No primeiro semestre, o total captado é de R\$ 763.256,31 um aumento de 75% com relação ao mesmo período no ano anterior (1ºsem de 2025).

7. Realizações de Destaque no Semestre:

O período de avanço nas ambições e planejamento:

Inclusão Produtiva em BH:

Em parceria estratégica entre Porto (área de sinistro), Sindirepa MG, Senai MG, Akzo Nobel e ASSPROM, o Instituto Porto inicia o curso de Montador Automotivo em Belo Horizonte.

Com carga horária total de 188 horas, o projeto é gratuito e com recursos de alimentação e transporte aos alunos, une formação técnica de excelência do Senai e o acompanhamento comportamental fundamentado na Cultura Porto. Visando a inclusão produtiva de pessoas em vulnerabilidade social, o projeto propõe formar 20 pessoas e incluí-las no mercado automotivo do ecossistema Porto.

Investimento Social Privado - Edital Social | Desempenho Escolar: O Instituto Porto começou neste primeiro semestre a fazer aportes com verba direta para projetos inscritos em seu edital, potencializando suas estratégias rumo a ambição 2030.

Ampliação de voluntariado para o Ecossistema Porto:

Em maio, foi realizado com o Programa Porto Voluntário ação de “Oficina de pipas” com prestadores da vertical Porto Serviços junto com as crianças do Instituto Porto.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico global no segundo trimestre foi marcado por pressões decorrentes da escalada geopolítica no Oriente Médio.

Embora o conflito no Oriente Médio permaneça sujeito a episódios de volatilidade elevada, a assinatura do Memorando de Entendimento entre as partes, em meados de junho, propiciou o recuo do preço do petróleo para patamares semelhantes aos observados antes do início dos embates.

Como consequência, as expectativas de inflação mensuradas pelos preços de mercado também apresentaram retração. Esse cenário sugere menor pressão para uma atuação tempestiva dos bancos centrais ante as pressões inflacionárias de curto prazo.

Nos Estados Unidos, o "Federal Reserve" (Fed) adotou uma postura cautelosa em sua reunião de junho, evidenciando divisão no comitê de política monetária quanto a um eventual movimento de alta de juros ainda este ano. Diante dos sinais mistos do mercado de trabalho, do recuo esperado na inflação de curto prazo e da já mencionada moderação nas expectativas inflacionárias de longo prazo, o cenário-base não contempla elevação da taxa de juros norte-americana.

No ambiente doméstico, a atividade econômica mantém-se aquecida. O dinamismo do mercado de trabalho e as medidas de estímulo à demanda implementadas ao longo do segundo trimestre indicam uma desaceleração somente gradual do Produto Interno Bruto (PIB), pressionando, simultaneamente, as projeções de inflação no médio prazo. Diante desse quadro, projeta-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 4,8% para 2026, com recuo estimado para 4,3% em 2027. As expectativas inflacionárias para horizontes além de 2027 permanecem desancoradas da meta.

A ausência de perspectivas para a geração de resultados primários consistentemente superavitários tem elevado o prêmio de risco dos ativos brasileiros. Adicionalmente, o nível elevado e em rápida ascensão da dívida bruta em relação ao PIB torna inevitável o debate e a implementação de um ajuste fiscal crível no curto prazo.

A avaliação de que a taxa de juros corrente se encontra em patamar amplamente restritivo persiste, sendo transmitida à economia real de maneira heterogênea. O canal de crédito, especificamente, requer cautela, embora os dados do segundo e do terceiro trimestres venham a ser impactados por programas públicos de expansão de crédito e de amparo a inadimplentes.

Diante da elevação da projeção de inflação e do comprometimento das expectativas de médio prazo, impõe-se uma postura de política monetária mais conservadora. Desse modo, projeta-se a taxa Selic em 13,75% ao final de 2026 e em 12,75% ao encerramento de 2027.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos nossos parceiros de negócios e clientes pelo apoio e confiança demonstrados e aos nossos colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 06 de agosto de 2026.

A Administração.

DIRETORIA

Patrícia Chacon Jimenez	Diretora Presidente
Paulo Sérgio Kakinoff	CEO Seguros
Celso Damadi	Diretor Vice-Presidente – Financeiro, Controladoria e Investimentos
Lene Araújo de Lima	Diretor Vice-Presidente
Luiz Augusto de Medeiros Arruda	Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing
Marcos Roberto Loução	Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros
Marcos Rogério Sirelli	Diretor Vice-Presidente - Tecnologia, Dados e Atendimento
Sami Foguel	Diretor Vice-Presidente
Adriana Pereira Carvalho Simões	Diretora Executiva Jurídica
Domingos de Toledo Piza Falavina	Diretor Executivo
Emerson Pinheiro Valentim	Diretor Executivo de Produção
Emílio Bentancourt	Diretor Executivo de Riscos e Governança
Izak Rafael Benaderet	Diretor Executivo de Investimentos
Jaime Soares Batista	Diretor Executivo - Produto Automóvel
Jarbas de Medeiros Baciano	Diretor Executivo - Produto Ramos Elementares
Patrícia Quirico Coimbra	Diretora Executiva de Gente e Cultura
Rafael Veneziani Kozma	Diretor de Controladoria
Carlos Eduardo Naegeli Gondim	Diretor
Luiz Vicente Guaranha Lapenta	Diretor
Marcelo Sebastião da Silva	Diretor
Nelson Santos Aguiar	Diretor
Tiago Violin	Diretor

Daniele Gomes Yoshida
Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

Anelisa Fortes e Faria
Atuária - MIBA nº 2457



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras intermediárias no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reorganização societária

Chamamos atenção para a nota explicativa 1.1. às demonstrações financeiras intermediárias, que descreve o processo de incorporação na Companhia da sua controlada direta Itaú Seguros de Auto e Residência S.A., aprovado pela SUSEP através da carta homologatória eletrônica nº 32/2025/DIORE/SUSEP em 5 de janeiro de 2026. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de



**Shape the future
with confidence**

nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.13.1 e 22, em 30 de junho de 2026, a Companhia, registrou provisões técnicas bruto de resseguro decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 16.204.191 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.13.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra de prêmios e dos sinistros a liquidar quanto da sua existência e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.



**Shape the future
with confidence**

Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras intermediárias, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a diretoria pretenda



**Shape the future
with confidence**

liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado



**Shape the future
with confidence**

como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em



**Shape the future
with confidence**

circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de agosto de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

A handwritten signature in dark ink, featuring a stylized 'P' and 'S' followed by a horizontal line.

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-SP198827/O

Ativo	Nota explicativa	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Circulante		16.470.265	14.786.711
Disponível	7	38.201	74.380
Caixa e bancos		38.201	74.380
Equivalentes de caixa	7	193.616	412.856
Aplicações financeiras	8	2.538.963	1.321.571
Créditos das operações com seguros e resseguros		9.790.609	9.459.051
Prêmios a receber	9.1	9.675.637	9.361.610
Operações com seguradoras		86.041	65.788
Operações com resseguradoras	5.1	28.931	31.653
Outros créditos operacionais	9.2	201.843	107.152
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	169.259	144.010
Títulos e créditos a receber		713.016	592.415
Títulos e créditos a receber	10	51.591	145.701
Créditos tributários e previdenciários	11	200.117	240.730
Outros créditos	10.2	461.308	205.984
Outros valores e bens	12	148.498	115.153
Bens à venda		14.109	6.907
Outros valores		134.389	108.246
Despesas antecipadas		170.823	169.522
Custos de aquisição diferidos	13	2.505.437	2.390.601
Seguros		2.505.437	2.390.601
Não Circulante		11.202.107	11.706.978
Realizável a longo prazo		7.018.420	7.196.657
Aplicações financeiras	8	3.974.006	4.580.744
Créditos das operações com seguros e resseguros		760.585	693.605
Prêmios a receber	9.1	760.585	693.605
Outros créditos operacionais		35.614	35.306
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	12.602	18.029
Títulos e créditos a receber		1.847.266	1.535.893
Títulos e créditos a receber	10	4.752	4.969
Créditos tributários e previdenciários	11	668.747	388.266
Depósitos judiciais e fiscais	14	1.163.593	1.138.699
Outros créditos	10.2	10.174	3.959
Outros valores e bens	12	228.955	187.155
Despesas antecipadas		9.961	12.046
Custos de aquisição diferidos	13	149.431	133.879
Seguros		149.431	133.879
Investimentos		1.207.976	2.540.147
Participações societárias	15	1.207.976	2.540.147
Imobilizado	16	302.823	320.845
Imóveis de uso próprio		11.562	11.669
Bens móveis		163.105	174.917
Outras imobilizações		128.156	134.259
Intangível	17	2.672.888	1.649.329
Outros intangíveis		2.672.888	1.649.329
Total do ativo		27.672.372	26.493.689

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

	Nota explicativa	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		17.641.730	16.702.536
Contas a pagar		1.953.417	1.787.529
Obrigações a pagar	18.1	752.151	737.684
Impostos e encargos sociais a recolher	18.2	709.284	733.640
Encargos trabalhistas		146.809	124.492
Empréstimos e financiamentos	19	189.113	40.407
Impostos e contribuições		152.160	44.265
Outras contas a pagar		3.900	107.041
Débitos das operações com seguros e resseguros	21	974.227	962.546
Operações com seguradoras		70.902	38.218
Operações com resseguradoras		72.324	88.779
Corretores de seguros e resseguros	21.1	767.117	763.900
Outros débitos operacionais		63.884	71.649
Depósitos de terceiros	20	92.266	25.008
Provisões técnicas - seguros	22	14.606.422	13.912.437
Danos		13.674.112	13.039.113
Pessoas		496.053	467.965
Vida individual		436.257	405.359
Débitos diversos	24	15.398	15.016
Não Circulante		2.908.874	2.805.527
Contas a pagar		179.498	316.281
Obrigações a pagar	18.1	179.498	167.008
Empréstimos e financiamentos	19	—	149.273
Provisões técnicas - seguros	22	1.597.769	1.385.213
Danos		1.428.989	1.235.704
Pessoas		114.991	105.851
Vida individual		53.789	43.658
Outros débitos		1.131.607	1.104.033
Provisões judiciais	23.1	1.027.559	996.487
Débitos diversos	24	104.048	107.546
Patrimônio líquido	25	7.121.768	6.985.626
Capital social		3.810.299	3.810.299
Reservas de reavaliação		(1.592)	(1.475)
Reservas de lucros		2.595.365	3.382.323
Ajustes de avaliação patrimonial		(237.031)	(205.521)
Lucros acumulados		954.727	—
Total do passivo e patrimônio líquido		27.672.372	26.493.689

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Demonstração do resultado para o período findo em 30 de junho de 2026



(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Junho de 2026	Junho de 2025
Prêmios emitidos	26	11.817.311	10.602.684
Variações das provisões técnicas de prêmios	27	(553.111)	(1.669.780)
Prêmios ganhos	26	11.264.200	8.932.904
Sinistros ocorridos	28	(5.713.647)	(4.464.166)
Custos de aquisição	29	(2.727.287)	(2.123.701)
Outras receitas e despesas operacionais	30	(158.815)	(134.871)
Resultado com resseguro		(22.546)	(41.508)
Receitas com resseguro		41.700	33.692
Despesas com resseguro		(64.246)	(75.200)
Despesas administrativas	31	(1.281.626)	(1.166.621)
Despesas com tributos	32	(253.444)	(236.353)
Resultado financeiro	33	422.608	340.071
Resultado patrimonial		92.978	134.796
Resultado operacional		1.622.421	1.240.551
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		493	110
Resultado antes dos impostos e participações		1.622.914	1.240.661
Imposto de renda	11.2	(86.286)	(140.802)
Contribuição social	11.2	(51.229)	(79.421)
Participações sobre o resultado		(241.522)	(188.329)
Resultado do período		1.243.877	832.109
Quantidade de ações		717.468	717.468
Resultado por ação básico e diluído	36	1,7337	1,1598

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

	Junho de 2026	Junho de 2025
Resultado do período	1.243.877	832.109
Outros resultados abrangentes	(31.510)	46.337
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(49.146)	38.635
Efeitos tributários	19.659	(15.454)
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas	8.772	47.825
Efeitos tributários - controladas	(3.509)	(19.130)
Ajuste de provisão complementar de cobertura - controladas	(12.143)	(3.018)
Efeitos tributários sobre ajuste de provisão	4.857	1.207
Ganhos e perdas atuariais	—	(6.213)
Efeitos tributários sobre ganhos e perdas atuariais	—	2.485
Total dos resultados abrangentes para o período, líquido de efeitos tributários	1.212.367	878.446

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/ redução de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.634.799	175.500	(223)	3.226.723	(280.247)	—	6.756.552
Dividendos - exercícios anteriores		—	—	—	(284.000)	—	—	(284.000)
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2.474		35.000	(35.000)	—	—	—	—	—
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2.500		140.500	(140.500)	—	—	—	—	—
Reserva de reavaliação:								
Realização		—	—	(1.808)	—	—	1.808	—
Outros		—	—	672	—	—	—	672
Diferimento - remuneração em ações		—	—	—	80.439	—	—	80.439
Ações alienadas controladora/controladas		—	—	—	(168.467)	—	—	(168.467)
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	—	46.337	—	46.337
Resultado do período		—	—	—	—	—	832.109	832.109
JCP intercalares (0,39 por ação)		—	—	—	—	—	(283.084)	(283.084)
Saldo em 30 de junho de 2025		3.810.299	—	(1.359)	2.854.695	(233.910)	550.833	6.980.558

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/redução de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025		3.810.299	—	(1.475)	3.382.323	(205.521)	—	6.985.626
Dividendos - exercícios anteriores	25 (e)	—	—	—	(746.519)	—	—	(746.519)
Reserva de reavaliação:								
Realização	25 (c)	—	—	(116)	—	—	116	—
Outros		—	—	(1)	—	—	—	(1)
Diferimento - remuneração em ações	25 (f)	—	—	—	130.389	—	—	130.389
Ações alienadas controladora/controladas	25 (f)	—	—	—	(170.828)	—	—	(170.828)
Ajustes de avaliação patrimonial	25 (b)	—	—	—	—	(31.510)	—	(31.510)
Resultado do período		—	—	—	—	—	1.243.877	1.243.877
JCP intercalares (0,40 por ação)	25 (e)	—	—	—	—	—	(289.266)	(289.266)
Saldo em 30 de junho de 2026		3.810.299	—	(1.592)	2.595.365	(237.031)	954.727	7.121.768

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

(Em milhares de reais)

	Junho de 2026	Junho de 2025
Atividades operacionais		
Resultado do período	1.243.877	832.109
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	164.344	147.353
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	32.348	(33.679)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(493)	(110)
Ativo fiscal diferido	(280.481)	(13.184)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	672.425	1.791.884
Resultado de equivalência patrimonial	(99.290)	(141.107)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	(610.654)	(498.335)
Créditos das operações com seguros	(423.952)	(1.472.907)
Ativos de resseguro e provisões técnicas	(19.822)	3.983
Créditos tributários e previdenciários	40.613	32.167
Despesas antecipadas	784	(63.328)
Depósitos judiciais e fiscais	(24.894)	(23.176)
Custos de aquisição diferidos	(130.388)	(344.152)
Outros ativos	255.500	(195.636)
Impostos e contribuições	339.845	208.305
Outras contas a pagar	(51.073)	33.489
Débitos das operações com seguros e resseguros	11.681	37.944
Depósitos de terceiros	67.258	(17.441)
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	234.116	350.559
Provisões judiciais	31.072	30.681
Passivos de arrendamento	(3.116)	1.028
Outros passivos	(239.944)	(83.482)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações		
Recebimento de dividendos e JCP	67.674	176.584
Imposto de renda e contribuição social pagos	(231.950)	(182.428)
Juros sobre captação de recursos pagos	(13.575)	(12.176)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	1.031.905	564.945
Atividades de investimento		
Aumento/(redução) de capital - controladas	(200.000)	(28.000)
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	658	1.606
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(26.980)	(52.779)
Intangível	(179.069)	(129.865)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	(405.391)	(209.038)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e JCP	(867.791)	(524.621)
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)	(14.142)	(3.306)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	(881.933)	(527.927)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(255.419)	(172.020)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	487.236	412.789
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	231.817	240.769

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 6 de dezembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, 1.489 e Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos - São Paulo - SP. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia é parte integrante do Grupo Porto, cuja arquitetura de negócios está estruturada em quatro verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank e Serviços, além da frente de Outros Negócios.

Inserida na Vertical de Seguros, a Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A., sociedade de capital aberto com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

Em 30 de junho de 2026 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	0,1 %
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	Participação
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguros S.A.	0,1 %
Porto Seguros S.A.	Participação
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	0,1 %
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	Participação
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	100,0 %
Porto Seguro S.A.	Participação
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8 %
Ações em circulação	29,2 %
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,0 %
Itauseg Participações S.A.	23,1 %
Itaú Unibanco S.A.	19,1 %
Rosag Empreend. Participações S/A.	15,8 %
Itaú Seguros S.A.	0,8 %
Ações em circulação	0,2 %
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jaime Brasil Garfinkel	32,9 %
Cleusa de Campos Garfinkel	30,5 %
Bruno Campos Garfinkel	18,3 %
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3 %
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel	100,0 %
Itauseg Participações S.A.	Participação
Banco Itaucard S.A.	26,4 %
Itaú Unibanco S.A.	62,4 %
Banco Itaú BBA S.A.	11,2 %
Itaú Unibanco S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
Banco Itaucard S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
Banco Itaú BBA S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
Itaú Unibanco Holding S.A.	Participação
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7 %
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3 %
Outros	9,0 %

(*) Participações nas ações ordinárias.

1.1 EVENTOS RELEVANTES NO PERÍODO - INCORPORAÇÃO ITAÚ AUTO E RESIDÊNCIA

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2026, foi aprovada a proposta de incorporação da totalidade do acervo líquido da subsidiária integral “Itaú Seguros Auto e Residência S.A.” pela Companhia. A operação foi aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) por meio da CARTA HOMOLOGATÓRIA ELETRÔNICA Nº 32/2025/DIORE/SUSEP de 05 de janeiro de 2026.

Como parte da estratégia de reorganização societária do Grupo Porto, que visa a segregação de seus negócios em verticais especializadas, a incorporação formaliza a unificação operacional dos segmentos de seguros de residência, entre outros, em curso desde o exercício de 2025, quando a Companhia passou a concentrar a emissão de novas apólices e renovações da marca Itaú e visa (i) simplificar a estrutura societária e organizacional do Grupo; (ii) reduzir custos operacionais, administrativos e de conformidade (compliance) decorrentes da manutenção de múltiplas pessoas jurídicas; e (iii) consolidar a gestão de liquidez e capital regulatório perante a SUSEP.

Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não houve aumento do capital social da Companhia, nem a emissão de novas ações, ocorrendo apenas a substituição do valor do investimento pelos ativos e passivos da incorporada, avaliados a valor contábil, conforme laudo contábil relativo à fevereiro de 2026, por consequência a incorporada foi extinta juridicamente.

Adicionalmente, como reflexo direto da incorporação, a Companhia registrou no período o aproveitamento e dedutibilidade das amortizações oriundas da combinação de negócios originária, por meio da baixa/constituição de passivos/ativos fiscais diferidos (IRPJ/CSLL) gerando um impacto positivo no resultado do período e na base de cálculo de tributos sobre o lucro no montante de R\$ 215.200, demonstrado na nota explicativa 11.2.

Abaixo demonstramos o balanço patrimonial com os saldos incorporados da Itaú Auto e Residência:

Ativo	Fevereiro de 2026	Passivo	Fevereiro de 2026
Circulante	99.828	Circulante	60.931
Disponível	1.858	Contas a pagar	7.456
Caixa e bancos	1.858	Obrigações a pagar	1.792
Equivalentes de caixa	1.881	Impostos e encargos sociais a recolher	85
Aplicações	65.919	Outras contas a pagar	5.579
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.556	Débitos de operações com seguros e resseguros	(324)
Prêmios a receber	1.556	Operações com resseguradoras	(436)
Outros créditos operacionais	120	Corretores de seguros e resseguros	687
Títulos e créditos a receber	26.815	Outros débitos operacionais	(575)
Títulos e créditos a receber	15	Depósitos de terceiros	1.487
Créditos tributários e previdenciários	26.612	Provisões técnicas - seguros	50.155
Outros créditos	188	Danos	50.155
Outros valores e bens	740	Débitos diversos	2.157
Outros valores	740	Outros débitos	2.157
Despesas antecipadas	856		
Custos de aquisição diferidos	83		
Seguros	83		
Não circulante	95.614	Não circulante	80.052
Realizável a longo prazo	95.614	Contas a pagar	5.293
Aplicações	71.703	Obrigações a pagar	925
Títulos e créditos a receber	23.911	Tributos diferidos	4.368
Créditos tributários e previdenciários	9.338	Provisões técnicas - seguros	70.015
Depósitos judiciais e fiscais	11.986	Danos	70.015
Outros créditos	2.587	Outros débitos	4.744
		Provisões judiciais	4.744
		Patrimônio líquido	54.459
		Capital social	49.000
		Reservas de lucros	6.506
		Ajustes de avaliação patrimonial	3.095
		Lucros acumulados	(4.142)
Total ativo	195.442	Total do passivo e patrimônio líquido	195.442

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 06 de agosto de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

A Companhia possui investimentos nas sociedades controladas abaixo:

		Junho de 2026	Dezembro de 2025
	Classificação	Participação	Participação
Azul Companhia de Seguros Gerais ("Azul Seguros")	Direta	100,0%	100,0%
Franco Corretagem de Seguros ("Franco")	Indireta	100,0%	100,0%
Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Porto Vida")	Direta	100,0%	100,0%
Porto Seguro Capitalização S.A. ("Porto Capitalização")	Direta	100,0%	100,0%
Itaú Seguros de Auto e Residência ("Itaú Auto e Residência")	Direta	-	100,0%

As sociedades são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 15).

A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) a controladora direta da Companhia, que é a Porto Seguro S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 50 (IFRS 17) – CONTRATOS DE SEGUROS

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras intermediárias avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

CPC 51 (IFRS 18) – APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Substitui a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Complementarmente, em 29 de abril de 2026, foi editado o Decreto nº 12.955/26, que disciplinou aspectos operacionais da Lei Complementar nº 214/2025, tais como hipóteses de incidência e não incidência, critérios de formação da base de cálculo, sistemática do regime de créditos e procedimentos gerais de apuração.

Com o objetivo de gerenciar a transição tributária prevista para ocorrer gradualmente entre 2026 e 2033, o Grupo Porto instituiu um Grupo de Trabalho Multidisciplinar focado na transição regulatória, com reporte direto à Diretoria Executiva. As principais diretrizes desse grupo são assegurar a estrita conformidade normativa, mitigar riscos operacionais e preservar a eficiência fiscal das operações das controladas.

A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação do Grupo foi concluída com sucesso. Atualmente, o refinamento da estratégia futura e a modelagem dos impactos financeiros de longo prazo dependem da definição de três pilares fundamentais:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta, e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal. A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

A Administração mantém o monitoramento contínuo das publicações dos órgãos competentes para atualizar suas projeções financeiras e ajustar o planejamento estratégico à medida que as lacunas regulatórias remanescentes forem preenchidas.

O Grupo Porto ressalta que elementos críticos do novo regime fiscal incluindo a definição exata das alíquotas aplicáveis e o detalhamento das regras de transição de créditos do regime anterior dependem de regulamentações complementares explicitamente previstas no próprio texto do Decreto nº 12.955/26.

Diante do atual estágio de maturidade da legislação e da ausência de definições numéricas essenciais, a Administração avaliou os cenários técnicos disponíveis e concluiu que não há elementos suficientes que requeiram ajustes, constituição de provisões, complementos ou reversões nos saldos de ativos e passivos fiscais (correntes e diferidos) mensurados na data base destas demonstrações financeiras.

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Os salvados são segregados entre circulante e não circulante com base no comportamento de realização/ ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no período findo em 30 de junho de 2026.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes / Ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de

fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no período findo em 30 de junho de 2026.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”)

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados, são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no montante pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment” os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são

identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido “impairment” são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “impairment”.

3.5 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.6 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém bens salvados, originados dos ramos de automóveis. Alguns que não estão disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.7 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS - ESTIMADOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.8 ATIVOS DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

No início de um arrendamento é reconhecido um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos, as taxas estão divulgadas na nota nº 12.3.

3.9 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.10 IMOBILIZADO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.11 INTANGÍVEL

(a) “SOFTWARES”

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

3.12 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia opera com uma gama de contratos de seguros que contemplam a transferência de riscos significativos (de seguros e/ou financeiros). Caracteriza-se o risco de seguro como significativo quando a ocorrência de um evento incerto com substância comercial pode acarretar o pagamento de benefícios relevantes aos segurados, impactando o fluxo de caixa da operação. Os contratos de resseguro também são classificados seguindo esses mesmos princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados

como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.13 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.13.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 – Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de “Shadow Accounting” (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “pro rata” dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) – administrativa e judicial – é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de “run-off”, com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de “run-off”, com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados a pagar das despesas diretamente relacionadas a sinistros ocorridos relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de repartição simples.

3.13.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 – Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022. Neste contexto, as modelagens e divulgações pertinentes serão realizadas considerando os grupos de ramo SUSEP, devido ao volume das informações e agrupamento dos riscos similares, visando a consistência e credibilidade estatística e projeção dos fluxos.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 51,4% e a sinistralidade líquida de resseguro foi de 51,2%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios – PPNG e PPNG-RVNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

Junho de 2026

Grupo de Contratos	Automóvel	Riscos Financeiros	Patrimonial	Vida Individual	Responsabilidades	Vida Coletivo	Transportes	Rural	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	1.431.821	580.445	569.191	136.300	36.027	16.370	4.524	13.749	—
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	—	—	—	—	—	4.419	20.549	—	—

Dezembro de 2025

Grupo de Contratos	Automóvel	Riscos Financeiros	Patrimonial	Vida Individual	Responsabilidades	Vida Coletivo	Transportes	Rural	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	1.525.631	529.542	481.106	136.472	37.770	14.110	4.530	11.588	—
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	—	—	—	—	—	10.034	21.437	—	—

3.14 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev – Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.15 PROVISÕES JUDICIAIS, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões referem-se às obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse

ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.16 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.17 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.17.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.13.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.17.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.18 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.20 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- (ii) da realização dos tributos diferidos;
- (iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
- (iv) perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- (v) das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2026.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes

riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de

uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco, e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhes quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

- (a) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 30 de junho de 2026, 98,7% (98,4% em 31 de dezembro de 2025) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" e "AA" de créditos privados.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impaired".

- (b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

- (c) **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em “ratings” de agências externas, considerando “A” como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

A tabela a seguir demonstra os prêmios cedidos pela Companhia, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contrapartes. O “rating” foi atribuído pela agência de classificação de risco “Standard & Poor’s”:

Classe	Categoria de risco	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Local	brAAA	1.076	719
	A-	2.736	3.612
	AA	2.442	6.145
	A+	218	8.053
	AA-	18.384	6.559
Admitida	A+	130	811
	AA+	639	682
	AA-	3.268	4.656
Eventual	A+	11	412
	AA-	27	4
Total de recebíveis de resseguro		28.931	31.653

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção dos seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/companhia. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada companhia, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Junho de 2026		Dezembro de 2025	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
Sem vencimento	370.262	736.982	580.629	—
Fluxo de 1 a 30 dias	2.275.792	797.820	2.225.557	850.318
Fluxo de 2 a 6 meses	5.412.577	4.677.848	5.639.163	4.704.662
Fluxo de 7 a 12 meses	3.306.941	3.231.322	2.755.981	3.084.441
Fluxo acima de 1 ano	6.323.178	1.582.521	5.570.763	1.922.749
Total	17.688.750	11.026.493	16.772.093	10.562.170

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Inflação (IPCA/IGPM)	64,1 %	62,2%
Prefixados	29,7 %	34,6%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	15,0 %	2,9%
Outros (i)	(8,9)%	0,3%

(i) Vide nota explicativa nº 8.1.1 sobre operações a termo.

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e “duration”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 30 de junho de 2026.

Fator de risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Juros pré-fixado	+ 50 %	(123.643)
	+ 25 %	(63.439)
	+ 10 %	(25.764)
	- 10 %	25.764
	- 25 %	63.439
	- 50 %	123.643
Índices de preço	+ 50 %	(537.309)
	+ 25 %	(287.430)
	+ 10 %	(120.320)
	- 10 %	120.320
	- 25 %	287.430
	- 50 %	537.309
Juros pós-fixados	+ 50 %	(4.327)
	+ 25 %	(3.606)
	+ 10 %	(2.885)
	- 10 %	2.885
	- 25 %	3.606
	- 50 %	4.327
Ações	± 34%	1.126
	± 17%	563
	± 9%	282

(i) Percentuais de choque nas taxas de juros, exceto para as ações que são choques fixos em relação ao patrimônio líquido alocado em ações. O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como “hedge” das operações, quando aplicável.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio da Companhia, incluindo falhas na precificação ou insuficiência de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes contas de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e sinistralidade, além de decisões tomadas considerando cenários que preservem as melhores margens de produto e possibilitem competitividade para a Companhia.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o Teste de Adequação de Passivos (TAP) (vide nota explicativa nº 3.13.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pelo regulador, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/ CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

												Junho de 2026
Bruto de Resseguro (*)												
Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Sudeste	5.911.249	71,6%	1.312.566	78,5%	336.385	69,4%	514.978	77,5%	606.811	81,8%	8.681.989	73,4%
Sul	1.014.342	12,3%	209.322	12,5%	77.997	16,1%	117.672	17,7%	71.523	9,6%	1.490.856	12,6%
Nordeste	737.026	8,9%	75.474	4,5%	31.686	6,5%	10.732	1,6%	23.917	3,2%	878.835	7,4%
Centro Oeste	479.030	5,8%	55.705	3,3%	28.984	6,0%	21.063	3,2%	28.456	3,8%	613.238	5,2%
Norte	117.587	1,4%	18.872	1,1%	9.763	2,0%	73	—%	10.990	1,5%	157.285	1,3%
Total Geral	8.259.234	100,0%	1.671.939	100,0%	484.815	100,0%	664.518	100,0%	741.697	100,0%	11.822.203	100,0%

(*) Não incluem os valores de RVNEs e cosseguros aceitos / cedidos nos montantes líquidos de R\$ (4.892) (R\$ (10.644) em 31 de dezembro de 2025).

Líquido de Resseguro												Junho de 2026
Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Sudeste	5.900.241	71,6%	1.310.639	78,5%	321.730	69,4%	514.717	77,5%	576.554	81,9%	8.623.881	73,4%
Sul	1.011.536	12,3%	209.117	12,5%	74.687	16,1%	117.638	17,7%	66.941	9,5%	1.479.919	12,6%
Nordeste	735.455	8,9%	75.413	4,5%	30.414	6,6%	10.707	1,6%	22.641	3,2%	874.630	7,4%
Centro Oeste	477.783	5,8%	55.646	3,3%	27.640	6,0%	21.043	3,2%	27.035	3,8%	609.147	5,2%
Norte	117.226	1,4%	18.852	1,1%	9.302	2,0%	70	—%	10.606	1,5%	156.056	1,3%
Total Geral	8.242.241	100,0%	1.669.667	100,0%	463.773	100,0%	664.175	100,0%	703.777	100,0%	11.743.633	100,0%

Bruto de Resseguro (*)												Dezembro de 2025
Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Sudeste	11.187.940	71,6%	2.447.842	77,5%	660.406	69,8%	907.245	78,3%	1.121.691	81,6%	16.325.124	73,4%
Sul	1.924.663	12,3%	412.599	13,1%	149.696	15,8%	194.209	16,8%	133.974	9,7%	2.815.140	12,6%
Nordeste	1.337.017	8,6%	137.151	4,3%	61.512	6,5%	19.439	1,7%	44.945	3,3%	1.600.064	7,2%
Centro Oeste	945.269	6,1%	119.485	3,8%	55.606	5,9%	36.855	3,2%	53.220	3,9%	1.210.435	5,4%
Norte	222.665	1,4%	40.104	1,3%	19.131	2,0%	836	0,1%	21.278	1,5%	304.014	1,4%
Total Geral	15.617.554	100,0%	3.157.181	100,0%	946.351	100,0%	1.158.584	100,0%	1.375.108	100,0%	22.254.778	100,0%

Líquido de Resseguro												Dezembro de 2025
Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Sudeste	11.163.664	71,7%	2.425.884	77,6%	643.484	69,7%	905.512	78,4%	1.050.026	81,6%	16.188.570	73,4%
Sul	1.912.641	12,3%	405.714	13,0%	146.912	15,9%	193.785	16,8%	124.576	9,7%	2.783.628	12,6%
Nordeste	1.332.869	8,6%	135.359	4,3%	59.869	6,5%	18.864	1,6%	42.432	3,3%	1.589.393	7,2%
Centro Oeste	940.782	6,0%	117.789	3,8%	54.163	5,9%	36.766	3,2%	49.665	3,9%	1.199.165	5,4%
Norte	221.730	1,4%	39.475	1,3%	18.643	2,0%	795	0,1%	20.650	1,6%	301.293	1,4%
Total Geral	15.571.686	100,0%	3.124.221	100,0%	923.071	100,0%	1.155.722	100,0%	1.287.349	100,0%	22.062.049	100,0%

5.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel das marcas “Porto Seguro”, “Azul” e “Itaú Auto” para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(1.024.491)	(827.430)
Sinistros - aumento de 50,0%	(864.700)	(569.973)

5.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados e análise de crédito dos segurados, por meio de modelos estatísticos e dados de mercado.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	231.226	136.502
Sinistros - aumento de 50,0%	693.525	557.529

5.4.3 VIDA

Compreendem seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva, produtos com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Adicionalmente, para a contratação coletiva existe o risco de anti-seleção, em que o Grupo Porto segurado é diferente do Grupo Porto da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(21.612)	(16.848)
Sinistros - aumento de 50,0%	42.862	47.788

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo “Risk and Control Self Assessment” - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os “Key Risk Indicators” - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666/2022) e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Companhia, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental — incluindo o uso excessivo de recursos naturais — e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade —

reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, no ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Patrimônio líquido	7.121.768	6.985.626
(+/-) Ajustes contábeis	(4.264.781)	(4.341.511)
Participações societárias	(1.207.976)	(2.295.750)
Despesas antecipadas	(180.784)	(181.568)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(239.872)	(146.814)
Ativos intangíveis	(2.574.067)	(1.649.329)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(62.082)	(68.050)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(53.130)	(34.464)
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(53.130)	(34.464)
(+/-) Ajustes do PLA nível 1	(609.298)	(559.080)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(597.736)	(547.411)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (-)	(11.562)	(11.669)
PLA de nível 1	2.194.559	2.050.571
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios / cont. registradas	1.666.114	1.638.147
PLA de nível 2	1.666.114	1.638.147
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	597.736	547.411
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	11.562	11.669
PLA de nível 3	609.298	559.080
Excesso de Nível 2 (-)	(271.396)	(360.854)
Excesso de Nível 3 (-)	(11.562)	(11.669)
Excesso de níveis 2 e 3	(282.958)	(372.523)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	4.187.013	3.875.275
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital de risco (II)	3.984.907	3.649.410
Capital de risco de subscrição	3.646.110	3.372.570
Capital de risco de mercado	204.946	211.153
Capital de risco de crédito	236.421	161.521
Capital de risco operacional	157.128	133.338
Benefício da correlação entre riscos	(259.698)	(229.172)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	3.984.907	3.649.410
Suficiência de capital	202.106	225.865

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Equivalentes de caixa (*)	193.616	412.856
Depósitos bancários	38.201	74.380
	231.817	487.236

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas, principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTN-B).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1. APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO:

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Junho de 2026			Dezembro de 2025		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	73.898	—	73.898	38.939	—	38.939
Outros	2.865	—	2.865	2.685	—	2.685
	76.763	—	76.763	41.624	—	41.624
Fundos exclusivos						
Letras financeiras do tesouro (LFT)	958.778	—	958.778	115.430	—	115.430
Cotas de fundos de investimentos	60.691	—	60.691	53.804	—	53.804
Ações de companhias abertas	2.448	—	2.448	—	—	—
Letras Financeiras - privadas	—	1.210	1.210	—	611	611
Operações a termo (*)	(661.209)	—	(661.209)	—	—	—
Outros	—	3.902	3.902	—	1.189	1.189
	360.708	5.112	365.820	169.234	1.800	171.034
Total	437.471	5.112	442.583	210.858	1.800	212.658
Circulante			439.718			209.973
Não circulante			2.865			2.685
% das aplicações classificadas nesta categoria:			7 %			3%

(*) Saldo negativo devido a operação de compra a termo realizada no encerramento do período, cuja liquidação financeira da obrigação ocorreu no dia útil subsequente (01/07/2026), sendo integralmente honrada com os recursos provenientes do vencimento de Letras do Tesouro Nacional (LTN) classificadas ao custo amortizado, ocorridos na mesma data.

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
	Nível 1	Nível 1
Carteira própria (*)		
Notas do tesouro nacional (NTNs - B)	1.112.482	1.111.396
Debêntures	78.986	82.827
Total	1.191.468	1.194.223
Não circulante	1.191.468	1.194.223
% das aplicações classificadas nesta categoria:	18%	20%

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 30 de junho de 2026 era de R\$ 1.581.094 (R\$ 1.534.703 em 31 de dezembro de 2025).

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO (*)

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Fundos exclusivos		
Notas do tesouro nacional (NTNs - B)	2.965.936	2.604.181
Letras do tesouro nacional (LTN)	1.912.953	1.891.231
Debêntures	29	22
Total	4.878.918	4.495.434
Circulante	2.099.245	1.111.599
Não circulante	2.779.673	3.383.835
% das aplicações classificadas nesta categoria:	75%	77%

(*) O valor de mercado dos papéis em 30 de junho de 2026 era de R\$ 4.790.368 (R\$ 4.437.995 em 31 de dezembro de 2025).

8.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO (*)

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Saldo inicial	6.315.171	5.016.193
Aplicações	4.643.829	11.568.147
Resgates	(4.759.850)	(10.931.545)
Rendimentos	417.078	627.176
Incorporação Itaú	139.503	—
Ajuste a valor de mercado	(49.146)	35.200
Saldo final	6.706.585	6.315.171

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado, e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais e títulos privados, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/ liquidação antecipada. A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Ativo circulante (*)	20.441.406	19.364.769
Passivo circulante	17.641.730	16.702.536
Índice de liquidez corrente	1,16	1,16

(*) Os fundos bloqueados que estão alocados nos fundos abertos (VJR), foram desconsiderados deste cálculo.

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Equivalentes de caixa (*)	14,13	14,88
Fundos exclusivos		
LTN	13,22	13,65
NTNs B - IPCA +	6,93	6,91
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,10	0,06
Carteira própria		
NTNs B - IPCA +	4,09	4,09
Debêntures - IPCA	8,22	8,22

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER - POR RAMO

	Junho de 2026			Dezembro de 2025		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóvel	6.641.074	(17.154)	6.623.920	6.514.349	(6.059)	6.508.290
Riscos financeiros	1.601.826	(2.302)	1.599.524	1.463.286	(4.541)	1.458.745
Patrimonial	1.382.986	(10.957)	1.372.029	1.331.747	(7.555)	1.324.192
Pessoas	737.472	(29.109)	708.363	667.357	(18.900)	648.457
Transportes	52.207	(4.053)	48.154	48.985	(2.225)	46.760
Responsabilidade	49.458	(595)	48.863	44.672	(754)	43.918
Rural	36.718	(1.349)	35.369	24.925	(72)	24.853
	10.501.741	(65.519)	10.436.222	10.095.321	(40.106)	10.055.215
Circulante			9.675.637			9.361.610
Não circulante			760.585			693.605

9.1.1 PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Junho de 2026			Dezembro de 2025		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
A vencer	10.132.459	(8.844)	10.123.615	9.784.064	(7.474)	9.776.590
Vencidos até 30 dias	207.676	(2.309)	205.367	205.627	(2.234)	203.393
Vencidos 31 a 60 dias	46.647	(3.238)	43.409	35.439	(1.842)	33.597
Vencidos 61 a 90 dias	28.544	(4.812)	23.732	17.091	(1.610)	15.481
Vencidos 91 a 120 dias	19.116	(3.771)	15.345	11.213	(1.440)	9.773
Vencidos 121 a 180 dias	19.627	(8.186)	11.441	9.451	(3.325)	6.126
Vencidos 181 a 365 dias	20.004	(13.663)	6.341	12.040	(8.095)	3.945
Vencidos acima de 365 dias	27.668	(20.696)	6.972	20.396	(14.086)	6.310
	10.501.741	(65.519)	10.436.222	10.095.321	(40.106)	10.055.215

9.1.2 PRÊMIOS A RECEBER - MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Saldo inicial	10.055.215	7.625.233
(+) Prêmios emitidos	13.092.353	24.682.768
(+) IOF	710.469	1.381.859
(+) Adicional de fracionamento	72.968	133.388
(-) Prêmios cancelados	(1.182.406)	(2.278.020)
(-) Recebimentos	(12.290.104)	(21.472.901)
(+) Incorporação Itaú	1.556	—
(Constituição)/reversão redução ao valor recuperável	(23.829)	(17.112)
Saldo final	10.436.222	10.055.215

9.1.3 PRÊMIOS A RECEBER - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Saldo inicial	(40.106)	(22.994)
Provisões constituídas	(21.017)	(23.132)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	(2.812)	3.814
Provisões revertidas	—	2.206
Incorporação Itaú	(1.584)	—
Saldo final	(65.519)	(40.106)

9.1.4 PRÊMIOS A RECEBER - PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Automóvel	1 a 5	30,7%	30,0%
	6 a 11	49,8%	51,1%
	12	19,5%	18,8%
Ramos Elementares	1 a 5	23,0%	24,4%
	6 a 11	31,7%	33,0%
	12	45,3%	42,6%
Vida	1 a 5	51,8%	51,0%
	6 a 11	12,2%	11,5%
	12	36,0%	37,5%

9.2 OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Outros créditos operacionais referem-se, principalmente, a valores relacionados ao processamento de sinistros com compensação bancária ocorrido no mês subsequente ao encerramento do período.

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Direito a ressarcimento - estimados (i)	40.218	39.311
Ressarcimento a receber	10.450	4.812
Contas a receber - diversos	5.675	104.630
Dividendos e JCP	—	1.917
	56.343	150.670
Circulante	51.591	145.701
Não circulante	4.752	4.969

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.

10.1 DIREITO A RESSARCIMENTO - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a ressarcimento originados dos ramos de seguro fiança:

	Junho de 2026		Dezembro de 2025	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	9.413	43,0%	8.866	43,3%
2º mês	5.892	17,6%	5.389	22,6%
3º mês	4.000	9,1%	3.745	10,0%
4º mês	3.044	4,1%	2.922	5,2%
5º mês	2.458	3,1%	2.406	3,4%
6º mês	2.108	2,2%	2.095	1,9%
7º mês	1.841	2,2%	1.846	1,8%
8º mês	1.636	2,0%	1.686	1,2%
9º mês	1.479	2,1%	1.548	0,9%
10º mês	1.305	1,4%	1.410	1,0%
11º mês	1.200	1,0%	1.271	0,7%
12º mês	1.090	1,0%	1.157	0,7%
13º ao 18º mês	1.920	0,7%	1.888	0,5%
19º ao 24º mês	1.188	3,2%	1.268	1,9%
25º ao 30º mês	812	1,8%	783	1,3%
Após o 30º mês	832	5,6%	1.031	3,7%
	40.218	100,0%	39.311	100,0%
Circulante	35.466		34.342	
Não circulante	4.752		4.969	

10.1.1 DIREITO A RESSARCIMENTO - MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Saldo inicial	39.311	37.436
Constituições	907	1.875
Saldo final	40.218	39.311

10.2 OUTROS CRÉDITOS

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Partes relacionadas (i)	348.256	132.774
Adiantamento para funcionários	112.660	73.115
Outros	10.566	4.054
	471.482	209.943
Circulante	461.308	205.984
Não circulante	10.174	3.959

(i) Vide nota explicativa nº 35.

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Tributos diferidos (i)	668.747	388.266
IRPJ	98.380	121.123
CSLL	81.619	72.194
PIS e COFINS	2.624	32.149
INSS e outros	17.494	15.264
	868.864	628.996
Circulante	200.117	240.730
Não circulante	668.747	388.266

(i) Vide nota explicativa nº 11.1.1.

11.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

11.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2025	Constituição	Reversão/ Realização	Junho de 2026
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	136.194	27.789	(8.133)	155.850
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	129.862	19.785	(4.090)	145.557
Provisão para obrigações legais	115.843	5.979	(2.246)	119.576
Provisão de participação de lucros	122.938	267.372	(301.438)	88.872
Amortização de Mais Valia	—	164.765	(94.872)	69.893
Benefício pós emprego	53.981	3.763	(488)	57.256
Lei do Bem	—	48.000	—	48.000
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	29.901	8.604	(5.124)	33.381
INSS sobre PLR ADM	10.597	18.601	(11.688)	17.510
Provisão para riscos de créditos	9.728	6.536	(2.714)	13.550
Outras provisões	85.182	12.055	(9.074)	88.163
	694.226	583.249	(439.867)	837.608
Compensação de ativo/passivo diferido (i)	(305.960)			(168.861)
	388.266			668.747

(i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados.

11.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	98.773	375.735	67.372	51.490	36.401	7.862	6.591	193.384	837.608

11.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2025	Constituição	Reversão/ Realização	Junho de 2026
IR e CS sobre combinação de negócios	244.397	243.976	(389.553)	98.820
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	51.944	11.922	(5.644)	58.222
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	3.107	—	(19)	3.088
Outros	6.512	2.219	—	8.731
	305.960	258.117	(395.216)	168.861

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados (vide nota explicativa nº 11.1.1).

11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Junho de 2026	Junho de 2025
Resultado após participação nos resultados, e antes do IRPJ e da CSLL (A)	1.381.392	1.052.332
Alíquota vigente	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	(552.557)	(420.933)
Incorporação (i)	215.200	—
Juros sobre capital próprio	115.706	113.234
Inovação tecnológica	48.000	29.550
Equivalência patrimonial	39.716	56.443
Doações/ incentivos	13.048	7.624
Depósitos judiciais	12.075	10.860
Benefício pós emprego	(825)	—
Participação nos lucros - administradores	(16.050)	(15.616)
Outros	(11.828)	(1.385)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	415.042	200.710
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	(137.515)	(220.223)
Taxa efetiva (D/-A)	10,0%	20,9%

(i) Vide nota explicativa nº 1.1.

12. OUTROS VALORES E BENS

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Direito a salvados - estimados (ii)	142.980	115.983
Bens à venda - salvados (i)	167.102	112.854
Ativo de direito de uso (iii)	66.425	73.471
Outros	946	—
	377.453	302.308
Circulante	148.498	115.153
Não circulante	228.955	187.155

(i) Vide nota explicativa nº 12.1.

(ii) Vide nota explicativa nº 12.2.

(iii) Vide nota explicativa nº 12.3.

12.1 BENS À VENDA – SALVADOS

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Até 30 dias	98.617	42.930
De 31 a 60 dias	36.273	33.529
De 61 a 120 dias	26.375	15.507
De 121 a 365 dias	37.801	33.897
Acima de 365 dias	3.457	27.819
	202.523	153.682
Redução ao valor recuperável	(35.421)	(40.828)
	167.102	112.854

12.2 DIREITO A SALVADOS – ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Junho de 2026		Dezembro de 2025	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	46.068	10,5 %	36.361	8,8%
2º mês	24.198	47,1 %	21.146	38,8%
3º mês	13.226	22,2 %	12.408	20,6%
4º mês	9.271	6,6 %	8.531	8,7%
5º mês	7.463	2,6 %	6.266	5,2%
6º mês	6.578	1,5 %	5.150	2,7%
7º mês	5.688	1,1 %	4.268	2,2%
8º mês	5.126	0,7 %	3.644	1,6%
9º mês	4.600	0,6 %	3.127	1,4%
10º mês	4.153	0,5 %	2.746	1,1%
11º mês	3.714	0,3 %	2.420	0,9%
12º mês	3.361	0,4 %	2.181	0,8%
13º ao 18º mês	4.430	0,3 %	3.859	0,7%
19º ao 24º mês	2.689	2,0 %	2.128	2,6%
25º ao 30º mês	1.652	1,1 %	1.317	1,3%
Após o 30º mês	763	2,6 %	431	2,8%
Total	142.980	100,0 %	115.983	100%
Circulante	133.444		108.247	
Não circulante	9.536		7.735	

12.2.1 DIREITO A SALVADOS - MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Saldo inicial	115.983	104.981
Constituições	26.997	11.002
Saldo final	142.980	115.983

12.3 ATIVO DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

	Taxas de depreciação (% a.a.)	Junho de 2026			Dezembro de 2025		
		Depreciação			Depreciação		
		Custo	acumulada	Valor Líquido	Custo	acumulada	Valor Líquido
Direito de uso	5,0 a 33,0	153.640	(87.215)	66.425	166.753	(93.282)	73.471

12.3.1 ATIVO DE DIREITO DE USO – MOVIMENTAÇÃO

	Movimentações			Saldo em 30 de junho de 2026
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Novos contratos, baixas e cancelamentos		
			Despesas de depreciação	
Direito de uso	73.471	1.257	(8.303)	66.425

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Automóvel	1.710.771	1.620.632
Patrimonial	470.465	449.965
Riscos financeiros	298.305	275.165
Pessoas	154.999	159.659
Outros	20.328	19.059
	2.654.868	2.524.480
Circulante	2.505.437	2.390.601
Não circulante	149.431	133.879

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para a data-base de 30 de junho de 2026, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2025.

13.1 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Saldo inicial	2.524.480	1.959.225
Constituição	2.395.410	4.453.582
Incorporação Itaú	83	—
Apropriação para despesa	(2.265.105)	(3.888.327)
Saldo final	2.654.868	2.524.480

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
PIS (*)	660.913	644.860
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	453.266	445.475
Sinistros	29.040	31.431
INSS	—	2.556
Outros	20.374	14.377
	1.163.593	1.138.699

(*) Vide nota explicativa nº 23.1 (a).

15. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Resultado equivalência patrimonial	Incorporação Itaú Auto e Residência	Dividendos	Aumento /redução de capital	Ajuste TVM controladas	Amortização	Remuneração em ações	Outros (ii)	Saldo em 30 de junho de 2026
Porto Vida	469.507	11.225	—	—	—	(5.989)	—	(42)	(7.287)	467.414
Azul Seguros	761.834	83.426	—	(39.572)	(350.000)	(1.004)	—	(1.386)	—	453.298
Porto Capitalização	292.414	8.781	—	(26.185)	—	12.256	—	(2)	—	287.264
Itaú Auto e Residência	58.601	(4.142)	(54.459)	—	—	—	—	—	—	—
Combinação de negócios (i)	957.791	—	(955.692)	—	—	—	(2.099)	—	—	—
	2.540.147	99.290	(1.010.151)	(65.757)	(350.000)	5.263	(2.099)	(1.430)	(7.287)	1.207.976

(i) Em 23 de agosto de 2009, a Porto Seguro S.A. celebrou associação com o Itaú Unibanco Holding S.A., visando à unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. Em 30 de novembro de 2009, a Itaú Auto e Residência, sociedade que recebeu os ativos e os passivos dessa operação da Itaú Seguros S.A., passou a ser controlada pela Porto Seguro S.A.. Em 2023 a Porto Seguro S.A. transferiu a participação societária para essa Companhia. Em fevereiro de 2026 a Itaú Auto e Residência foi incorporada (vide nota explicativa 1.1) e os saldos da combinação de negócios foram transferidos para o intangível (vide nota explicativa nº 17).

(ii) Refere-se às variações das taxas de juros da Provisão Complementar de Cobertura - PCC.

15.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

	Junho de 2026			Junho de 2025	
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido / (prejuízo) do período	Lucro líquido / (prejuízo) do período
Porto Vida	6.947.535	6.480.120	612.371	11.225	15.663
Azul Seguros	911.025	457.727	122.676	83.426	102.725
Porto Capitalização	2.670.376	2.383.112	199.269	8.781	21.846
Itaú Auto e Residência	—	—	8.622	(4.142)	871
	10.528.936	9.320.959	942.938	99.290	141.105

(i) Considera-se receitas operacionais e financeiras.

16. IMOBILIZADO

		Junho de 2026			Dezembro de 2025		
	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
Edificações (*)	2,4	10.625	(743)	9.882	10.625	(637)	9.988
Benefícios em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	230.235	(102.080)	128.155	226.900	(92.641)	134.259
Terrenos	-	1.682	—	1.682	1.682	—	1.682
Informática	20,0 a 33,3	676.627	(521.460)	155.167	656.242	(490.165)	166.077
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	61.128	(56.408)	4.720	61.128	(55.905)	5.223
Rastreadores	100,0	5.198	(3.729)	1.469	3.642	(2.279)	1.363
Equipamentos	10 a 14,3	30.568	(29.520)	1.048	30.568	(29.174)	1.394
Veículos	20 a 25,0	7.585	(6.885)	700	7.656	(6.797)	859
		1.023.648	(720.825)	302.823	998.443	(677.598)	320.845

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

16.1 IMOBILIZADO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	Movimentações			Saldo líquido em 30 de junho de 2026
		Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	
Edificações	9.988	—	—	(106)	9.882
Benefícios em imóveis de terceiros	134.259	3.336	—	(9.440)	128.155
Terrenos	1.682	—	—	—	1.682
Informática	166.077	21.827	(128)	(32.609)	155.167
Móveis, máquinas e utensílios	5.223	253	(1)	(755)	4.720
Rastreadores	1.363	1.556	—	(1.450)	1.469
Equipamentos	1.394	8	(8)	(346)	1.048
Veículos	859	—	(26)	(133)	700
	320.845	26.980	(163)	(44.839)	302.823

17. INTANGÍVEL

	Taxas amortização (% a.a.)	Junho de 2026			Dezembro de 2025		
		Amortização			Amortização		
		Custo	acumulada	Saldo líquido	Custo	acumulada	Saldo líquido
"Software"	6,67 a 25,0	2.966.533	(1.253.555)	1.712.978	2.787.465	(1.147.477)	1.639.988
Marca	2,2	246.000	—	246.000	—	—	—
Canal de distribuição		568.000	(209.318)	358.682	—	—	—
Ágio na aquisição de investimentos		346.800	—	346.800	—	—	—
Outros intangíveis	20	54.755	(46.327)	8.428	54.755	(45.414)	9.341
		4.182.088	(1.509.200)	2.672.888	2.842.220	(1.192.891)	1.649.329

17.1 INTANGÍVEL - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	Movimentações				Saldo líquido em 30 de junho de 2026
		Aquisições	Baixas/ vendas	Despesas de amortização	Incorporação (i)	
"Software"	1.639.988	179.069	(2)	(106.077)	—	1.712.978
Marca	—	—	—	—	246.000	246.000
Canal de distribuição	—	—	—	(4.212)	362.894	358.682
Ágio na aquisição de investimentos	—	—	—	—	346.800	346.800
Outros intangíveis	9.341	—	—	(913)	—	8.428
	1.649.329	179.069	(2)	(111.202)	955.694	2.672.888

(i) Vide nota explicativa nº 15.

18. CONTAS A PAGAR

18.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Fornecedores	488.319	501.964
Provisão de benefícios a empregados	128.734	120.933
Juros sobre capital próprio (i)	117.373	—
Participação nos lucros a pagar (ii)	86.822	160.956
IOF a recolher	50.764	46.074
Honorários a pagar	7.572	4.629
Outros	52.065	70.136
	931.649	904.692
Circulante	752.151	737.684
Não circulante	179.498	167.008

(i) O pagamento de JCP foi realizado em 03 de julho de 2026.

(ii) Os pagamentos da PLR são efetuados em fevereiro e abril do ano subsequente.

18.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
IOF	575.514	576.575
INSS e FGTS	67.924	86.790
IRRF	46.325	53.416
ISS	12.750	9.667
Outros	6.771	7.192
Total	709.284	733.640

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a empréstimos contratados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia. Os instrumentos financeiros utilizados são Cédula de Crédito Bancário (CCB).

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Empréstimos bancários (i)	189.113	189.680
	189.113	189.680
Circulante	189.113	40.407
Não circulante	—	149.273

(i) Vide nota explicativa nº 19.1.

19.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Valor Principal	Instituição	Emissão	Vencimento	Remuneração (a.a.)	Junho de 2026	Dezembro de 2025
120.000	ITAÚ	2024	2027	100% CDI + 1,37%	160.547	149.273
9.000	BRADESCO	2022	2026	100% CDI + 2,24%	14.965	13.858
8.135	BRADESCO	2022	2026	100% CDI + 2,24%	13.601	12.593
8.109	ITAÚ	2022	2026	100% CDI + 1,90%	—	13.956
Total					189.113	189.680

19.2 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOVIMENTAÇÃO

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	189.680
Juros	13.575
Liquidação/reversão	(14.142)
Saldo em 30 de junho de 2026	189.113

20. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento:

	Junho de 2026		Dezembro de 2025	
	1 a 30 dias	Total	1 a 30 dias	Total
Outros depósitos	92.266	92.266	25.008	25.008
Total	92.266	92.266	25.008	25.008

21. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião em virtude às emissões das apólices.

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Corretores de seguros e resseguros (i)	767.117	763.900
Operações com resseguradoras	72.324	88.779
Operações com seguradoras	70.902	38.218
Outros débitos operacionais	63.884	71.649
	974.227	962.546

(i) A composição por prazo de vencimento deste saldo está apresentada na nota 21.1.

21.1 CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS – “AGING”

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
A vencer	739.159	737.896
Vencidos até 30 dias	15.620	16.384
Vencidos 31 a 60 dias	3.561	2.781
Vencidos 61 a 120 dias	3.625	2.226
Vencidos acima de 120 dias	5.152	4.613
	767.117	763.900

22. PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS

	Junho de 2026		Dezembro de 2025	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	12.796.918	12.728.733	12.243.490	12.179.578
Sinistros a liquidar (administrativos e judiciais)	2.744.483	2.669.199	2.431.260	2.368.756
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	493.739	455.347	455.511	419.888
Demais provisões	169.051	169.051	167.389	167.389
Total	16.204.191	16.022.330	15.297.650	15.135.611
Circulante	14.606.422		13.912.437	
Não circulante	1.597.769		1.385.213	

22.1 PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS - MOVIMENTAÇÃO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.887.105	164.824
Constituições decorrentes de prêmios/ contribuições	22.244.134	153.149
Diferimento pelo risco decorrido	(19.463.950)	(151.248)
Aviso de sinistros	10.422.669	78.489
Pagamento de sinistros/benefícios	(9.817.513)	(87.953)
Atualização monetária e juros	25.205	4.778
Saldo em 31 de dezembro de 2025	15.297.650	162.039
Constituições decorrentes de prêmios/ contribuições	11.817.311	68.395
Diferimento pelo risco decorrido	(11.264.200)	(64.246)
Aviso de sinistros	6.037.153	42.306
Pagamento de sinistros/benefícios	(5.844.680)	(30.052)
Atualização monetária e juros	40.787	3.419
Incorporação Itaú	120.170	—
Saldo em 30 de junho de 2026	16.204.191	181.861

22.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os valores dos ativos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Total das provisões técnicas (A)	16.204.191	15.297.650
Direitos creditórios (i)	8.943.851	8.656.415
Custos de aquisição diferidos pagos	1.984.331	1.849.415
Operações com resseguradoras	134.366	124.809
Depósitos judiciais de PSL	8.540	7.829
Fundos e reservas retidos pelo IRB	1.551	1.551
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	11.072.639	10.640.019
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	5.131.552	4.657.631
Títulos de renda fixa - públicos	1.112.482	1.111.395
Quotas de fundos de investimento	4.431.121	4.405.536
Total de ativos oferecidos em garantia (D)	5.543.603	5.516.931
Excedente (D - C)	412.051	859.300

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

22.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R\$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos. Os movimentos de retrocessão e as estimativas de salvados e ressarcimentos (R\$ (160) milhões), contabilizados no mesmo grupo não são considerados nos valores apresentados abaixo:

Bruto de resseguro									Junho	
Administrativo - avisados	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Montante de sinistros avisados até a data-base	3.900	4.049	4.569	3.858	4.918	6.552	6.193	7.290	9.054	5.847
Dois anos mais tarde	4.060	4.204	4.787	4.165	5.320	7.073	6.710	7.845	9.824	—
Três anos mais tarde	4.074	4.228	4.812	4.173	5.347	7.099	6.743	7.907	—	—
Quatro anos mais tarde	4.081	4.235	4.818	4.202	5.357	7.113	6.766	—	—	—
Cinco anos mais tarde	4.072	4.237	4.795	4.205	5.359	7.128	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	4.072	4.239	4.795	4.211	5.364	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	4.073	4.240	4.797	4.213	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	4.075	4.240	4.796	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	4.075	4.240	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	4.075	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Movimentações	4.075	4.240	4.796	4.213	5.364	7.128	6.766	7.907	9.824	5.847
										Total
	60.160									

Bruto de resseguro	Junho									
Administrativo - pagos	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Montante de sinistros pagos até a data-base	3.430	3.590	4.055	3.353	4.203	5.745	5.208	6.311	7.754	3.757
Dois anos mais tarde	4.035	4.199	4.749	4.173	5.301	7.021	6.684	7.797	9.566	—
Três anos mais tarde	4.059	4.226	4.782	4.193	5.325	7.083	6.731	7.820	—	—
Quatro anos mais tarde	4.067	4.234	4.790	4.200	5.344	7.107	6.733	—	—	—
Cinco anos mais tarde	4.071	4.236	4.793	4.205	5.353	7.110	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	4.072	4.238	4.794	4.209	5.354	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	4.073	4.239	4.795	4.209	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	4.074	4.239	4.795	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	4.075	4.240	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	4.075	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pagamentos	4.075	4.240	4.795	4.209	5.354	7.110	6.733	7.820	9.566	3.757
Passivo em 30 de junho de 2026	—	—	1	4	10	18	33	87	258	2.090
	PSL anos anteriores									1
	Provisão de sinistros									2.502

Bruto de resseguro	Junho										
Judicial - avisados	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Montante de sinistros avisados até a data-base	20	17	20	25	47	35	36	39	52	94	
Dois anos mais tarde	55	54	59	78	99	90	115	105	210	—	
Três anos mais tarde	73	79	88	98	123	118	147	167	—	—	
Quatro anos mais tarde	88	91	97	103	143	132	168	—	—	—	
Cinco anos mais tarde	89	97	99	112	149	149	—	—	—	—	
Seis anos mais tarde	93	101	106	112	160	—	—	—	—	—	
Sete anos mais tarde	93	104	106	122	—	—	—	—	—	—	
Oito anos mais tarde	92	105	115	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos mais tarde	89	110	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dez anos mais tarde	94	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Movimentações	94	110	115	122	160	149	168	167	210	94	Total 1.389

Bruto de resseguro	Junho									
Judicial - pagos	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Montante de sinistros pagos até a data-base	7	8	10	12	23	9	9	9	12	4
Dois anos mais tarde	26	24	29	28	48	31	35	34	31	—
Três anos mais tarde	39	40	42	40	65	53	63	47	—	—
Quatro anos mais tarde	50	48	50	52	84	73	73	—	—	—
Cinco anos mais tarde	57	62	59	68	101	82	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	61	70	71	75	105	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	65	81	82	82	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	71	87	85	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	75	89	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	76	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pagamentos	76	89	85	82	105	82	73	47	31	4
Passivo em 30 de junho de 2026	18	21	30	40	55	67	95	120	179	90
PSL anos anteriores										182
Provisão de sinistros										897

Líquido de resseguro	Junho										
Administrativo - avisados	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Montante de sinistros avisados até a data-base	3.846	4.016	4.523	3.751	4.832	6.494	6.104	7.238	8.983	5.794	
Dois anos mais tarde	3.999	4.167	4.733	4.047	5.228	7.007	6.611	7.791	9.740	—	
Três anos mais tarde	4.011	4.192	4.754	4.053	5.256	7.033	6.643	7.851	—	—	
Quatro anos mais tarde	4.017	4.198	4.760	4.080	5.264	7.045	6.665	—	—	—	
Cinco anos mais tarde	4.008	4.199	4.736	4.083	5.266	7.060	—	—	—	—	
Seis anos mais tarde	4.008	4.201	4.737	4.089	5.271	—	—	—	—	—	
Sete anos mais tarde	4.009	4.202	4.738	4.091	—	—	—	—	—	—	
Oito anos mais tarde	4.010	4.202	4.738	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos mais tarde	4.011	4.203	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dez anos mais tarde	4.011	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Movimentações	4.011	4.203	4.738	4.091	5.271	7.060	6.665	7.851	9.740	5.794	
										Total	
	4.011	4.203	4.738	4.091	5.271	7.060	6.665	7.851	9.740	5.794	59.424

Líquido de resseguro	Junho									
Administrativo - pagos	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Montante de sinistros pagos até a data-base	3.411	3.565	4.023	3.279	4.126	5.704	5.171	6.275	7.696	3.747
Dois anos mais tarde	3.975	4.164	4.694	4.056	5.211	6.957	6.586	7.744	9.493	—
Três anos mais tarde	3.996	4.190	4.724	4.072	5.233	7.017	6.631	7.767	—	—
Quatro anos mais tarde	4.004	4.197	4.732	4.078	5.252	7.040	6.633	—	—	—
Cinco anos mais tarde	4.008	4.199	4.734	4.083	5.261	7.042	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	4.008	4.200	4.735	4.087	5.261	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	4.009	4.201	4.736	4.087	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	4.010	4.202	4.737	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	4.010	4.202	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	4.010	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pagamentos	4.010	4.202	4.737	4.087	5.261	7.042	6.633	7.767	9.493	3.747
Passivo em 30 de junho de 2026	1	1	1	4	10	18	32	84	247	2.047
	PSL anos anteriores									1
	Provisão de sinistros									2.446

Líquido de resseguro	Junho										
Judicial - avisados	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Montante de sinistros avisados até a data-base	19	17	20	20	46	33	34	37	46	91	
Dois anos mais tarde	53	53	56	74	94	86	108	100	199	—	
Três anos mais tarde	71	72	82	92	116	112	133	160	—	—	
Quatro anos mais tarde	84	84	90	96	132	124	153	—	—	—	
Cinco anos mais tarde	85	89	93	106	139	141	—	—	—	—	
Seis anos mais tarde	88	94	99	106	151	—	—	—	—	—	
Sete anos mais tarde	89	97	103	115	—	—	—	—	—	—	
Oito anos mais tarde	88	98	111	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos mais tarde	84	103	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dez anos mais tarde	90	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Movimentações	90	103	111	115	151	141	153	160	199	91	Total 1.314

Líquido de resseguro	Junho									
Judicial - pagos	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Montante de sinistros pagos até a data-base	6	8	10	11	24	9	8	9	11	4
Dois anos mais tarde	25	23	29	26	46	30	33	33	29	—
Três anos mais tarde	38	39	42	38	63	51	57	46	—	—
Quatro anos mais tarde	47	48	48	49	81	69	67	—	—	—
Cinco anos mais tarde	53	59	57	64	96	77	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	58	66	68	71	100	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	62	76	80	77	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	67	81	83	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	71	84	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	72	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pagamentos	72	84	83	77	100	77	67	46	29	4
Passivo em 30 de junho de 2026	18	19	28	38	51	64	86	114	170	87
	PSL anos anteriores									171
	Provisão de sinistros									846

22.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR – JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Junho de 2026		Dezembro de 2025	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	498.170	457.673	487.369	451.979
Pagamentos no período	(89.065)	(55.814)	(145.647)	(141.745)
Novas constituições no período	253.811	298.066	181.444	141.931
Baixas da provisão por êxito	(32.330)	(23.266)	(79.761)	(31.911)
Reavaliação da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(45.706)	(48.977)	27.620	15.686
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	(36.497)	(33.576)	27.145	21.733
Incorporação Itaú	88.725	88.725	—	—
Saldo final	637.108	682.831	498.170	457.673
Quantidade de processos	13.932		12.172	

(*) Correção monetária atualizada com o índice do IPCA e juros pela taxa legal.

23 PROVISÕES JUDICIAIS

23.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Fiscais (a)	944.077	921.758
Cíveis	55.697	49.029
Trabalhistas	27.785	25.700
	1.027.559	996.487

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável.

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
PIS (i)	617.134	602.126
Processos com adesão ao REFIS (ii)	310.282	302.512
Outros	16.661	17.120
	944.077	921.758

(i) PIS

A Companhia possui ação judicial relativa à exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Nesta ação, foi apresentada petição de desistência relativa à parcela de prêmio, tendo em vista a decisão definitiva proferida no julgamento do Recurso Extraordinário 400.479. Aguarda-se conversão em renda das parcelas dos depósitos referentes a prêmio, bem como o levantamento das parcelas referentes às receitas financeiras.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal – REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

23.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	921.758	25.700	49.029	996.487
Incorporação	519	1.267	2.958	4.744
Constituições	—	2.917	12.060	14.977
Êxito/reversões/mudança de estimativa	(888)	1.533	(4.619)	(3.974)
Pagamentos	—	(4.199)	(6.539)	(10.738)
Atualização monetária	22.688	567	2.808	26.063
Saldo em 30 de junho de 2026	944.077	27.785	55.697	1.027.559
Quantidade de processos	16	304	1.203	1.523

23.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Fiscais e previdenciárias (a)	1.069.185	1.179.660
Cíveis	207.635	224.563
Trabalhistas	6.342	4.268
	1.283.162	1.408.491

(a) FISCALIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente à: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R\$ 437.950 (R\$ 298.555 de possível impacto no lucro líquido); e (ii) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 351.125 (R\$ 257.222 de possível impacto no lucro líquido).

24. DÉBITOS DIVERSOS

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Passivos de arrendamento	117.287	122.562
Outros débitos	2.159	—
	119.446	122.562

24.1 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Refere-se aos passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2025	144.718	(22.156)	122.562
Novos contratos	1.257	—	1.257
Apropriação dos juros	—	6.430	6.430
Pagamentos	(12.962)	—	(12.962)
Saldo em 30 de junho de 2026	133.013	(15.726)	117.287
Circulante			13.239
Não circulante			104.048

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 3.810.299 divididos em 717.468.149 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.1.2).

(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados.

A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados do período no montante de R\$ 116 em 30 de junho de 2026 (R\$ 1.924 em 31 de dezembro de 2025). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) RESERVAS DE LUCROS**(i) RESERVA LEGAL**

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 30 de junho de 2026 seu saldo era de R\$ 609.587 (R\$ 609.587 em 31 de dezembro de 2025).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 30 de junho de 2026, seu saldo era de R\$ 1.864.800 (R\$ 2.611.319 em 30 de junho de 2025).

(iii) OUTRAS RESERVAS

Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REFIS, a Companhia recebeu de sua controladora, Porto Seguro S.A., os montantes de R\$ 10.133 em 2014 e R\$ 6.817 em 2018 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incluídos no programa.

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Em 2026, a Administração da Companhia aprovou, em reuniões da Diretoria, a distribuição de dividendos com base nas reservas de lucros.

No período também foram aprovados e pagos juros sobre capital próprio, conforme detalhamento abaixo:

Dividendos (reservas de lucros 2025)	Valor Aprovado
30 de janeiro de 2026	90.000
10 de fevereiro de 2026	200.000
26 de fevereiro de 2026	180.000
04 de maio de 2026	111.787
28 de maio de 2026	138.309
30 de junho de 2026	26.423
Total	746.519
JCP (destinação lucro 2026)	Valor Aprovado
30 de março de 2026	146.996
30 de junho de 2026	142.270
Total	289.266

Todos os valores foram integralmente pagos na data de suas respectivas aprovações, exceto o JCP de 30 de junho de 2026, pago em 03 de julho de 2026.

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. ("Porto") possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Porto e/ou de suas coligadas e controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referentes ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o

atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto, mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano, conforme atualizado, e de seus programas.

A movimentação dos programas de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Saldo inicial	163.183	156.604
Diferimento do período	130.389	175.047
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(170.828)	(168.467)
Saldo final	122.745	163.183
Valor de mercado médio ponderado (R\$)	40,49	37,18

	Quantidade	
	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Saldo inicial	3.722	3.989
Diferimento do período	2.464	3.620
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(3.057)	(3.887)
Saldo final	3.129	3.722

26. PRÊMIOS EMITIDOS E GANHOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Junho de 2026			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	5.306.142	5.096.183	56,3	25,2
Resp. civil facultativa veículos	1.659.219	1.562.059	67,1	19,9
Demais - automóveis	1.284.371	1.244.088	53,7	20,3
Compreensivo empresarial	623.528	635.245	29,1	27,0
Fiança locatícia	657.488	519.097	43,2	20,8
Vida individual e grupo	445.446	438.366	43,4	27,1
Demais - vida	411.397	404.726	26,7	30,1
Compreensivo residencial	745.135	701.395	33,4	32,4
Demais - patrimonial	303.244	288.801	25,4	18,1
Demais - transportes	138.787	139.538	31,5	23,7
Demais - rural	37.484	29.738	35,5	12,1
Demais ramos	205.070	204.964	28,7	22,3
	11.817.311	11.264.200	50,7	24,2

	Junho de 2025			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	4.845.185	3.927.389	57,4	23,7
Resp. civil facultativa veículos	1.456.637	1.138.235	66,1	19,6
Demais - automóveis	1.123.372	866.029	51,5	19,8
Compreensivo residencial	652.527	603.943	34,7	33,0
Compreensivo empresarial	575.114	555.780	29,0	27,4
Fiança locatícia	544.871	449.541	39,6	20,4
Vida individual e grupo	433.730	413.101	42,3	27,7
Demais - vida	364.966	357.081	31,4	31,0
Demais - patrimonial	241.962	233.219	27,9	18,8
Demais - transportes	132.467	132.681	31,0	23,4
Demais - rural	33.364	30.002	39,9	12,4
Demais ramos	198.489	225.903	24,7	22,6
	10.602.684	8.932.904	50,0	23,8

27. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Junho de 2026		Junho de 2025	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(533.529)	(528.302)	(1.649.630)	(1.660.112)
Provisão de riscos não expirados	(21.313)	(21.313)	(23.055)	(23.055)
Outras provisões	1.731	1.731	2.905	2.905
	(553.111)	(547.884)	(1.669.780)	(1.680.262)

28. SINISTROS OCORRIDOS

	Junho de 2026	Junho de 2025
Sinistros avisados - administrativo	(5.082.025)	(3.950.316)
Porto Socorro	(1.102.389)	(814.005)
Outras despesas com sinistros	(245.173)	(207.799)
Sinistros avisados - judicial	(119.299)	(99.996)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(22.078)	(32.686)
Ressarcimentos	163.239	147.867
Salvados	694.078	492.769
	(5.713.647)	(4.464.166)

29. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Junho de 2026	Junho de 2025
Comissões sobre prêmios retidos	(2.395.410)	(2.137.307)
Comissões de agenciamento	(371.759)	(257.315)
Recuperação de comissões	2.476	5.942
Variação das despesas de comercialização diferidas	130.305	344.221
Outras despesas de comercialização	(92.899)	(79.242)
	(2.727.287)	(2.123.701)

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 13.1) e as despesas de comercialização não diferidas.

30. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Junho de 2026	Junho de 2025
Cobrança	(65.780)	(54.913)
Encargos sociais	(20.203)	(18.194)
Provisão para redução ao valor recuperável	(14.958)	(24.275)
Assistência	(13.004)	(9.313)
Benefícios concedidos a segurados	(9.000)	(3.473)
Provisões cíveis	(7.579)	(8.420)
Dispositivo anti-furto	(7.339)	(4.716)
Honorários advocatícios	(7.064)	(4.307)
Outras	(13.888)	(7.260)
	(158.815)	(134.871)

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Junho de 2026	Junho de 2025
Pessoal e benefícios pós-emprego	(950.141)	(939.718)
Localização e funcionamento	(251.849)	(230.761)
Serviços de terceiros	(430.097)	(527.381)
Publicidade e propaganda	(90.654)	(56.701)
Donativos e contribuições	(14.902)	(12.025)
Despesa com publicações	(319)	(233)
Despesas recuperadas	474.987	637.661
Outras	(18.651)	(37.463)
	(1.281.626)	(1.166.621)

Contempla rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto. O detalhamento, em sua grande maioria, está demonstrado na nota explicativa nº 35.

32. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Junho de 2026	Junho de 2025
COFINS	(209.849)	(197.432)
PIS	(34.103)	(32.083)
Outras	(9.492)	(6.838)
	(253.444)	(236.353)

33. RESULTADO FINANCEIRO

	Junho de 2026	Junho de 2025
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	353.489	256.837
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	85.232	73.050
Operações de seguros	72.968	63.831
Variações monetárias dos depósitos judiciais	23.997	28.288
Variações monetárias das contingências Cíveis e Trabalhistas	12.817	3.408
Outras	24.391	33.897
Total de receitas financeiras	572.894	459.311
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(21.800)	(23.065)
Operações de seguros	(58.781)	(52.398)
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(21.618)	—
Desvalorização de instrumentos financeiros - demais categorias	(25)	—
Despesas com empréstimos bancários	(13.575)	(13.932)
Juros de arrendamento	(6.430)	(8.422)
Variações monetárias das contingências Cíveis e Trabalhistas	(16.192)	(6.193)
Outras	(11.865)	(15.230)
Total de despesas financeiras	(150.286)	(119.240)
Resultado financeiro	422.608	340.071

34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

34.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Em ambos termos dos regulamentos desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

- Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.; e
- PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

- (i) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" entre elas;
- (ii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde;
- (iii) Serviços de apoio a gestão de saúde contratados da ligada Porto Seguro Saúde Ocupacional;
- (iv) Reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância no contrato de venda de imóveis com a Porto S.A.;
- (v) Serviços de monitoramento de DAF efetuados pela Proteção e Monitoramento;
- (vi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
- (vii) Seguro prestamista efetuado para Portoseg e Consórcio;
- (viii) Serviços de intermediação, administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros pela Crediporto;
- (ix) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora;
- (x) Cobrança pela utilização e manutenção de espaço digital compartilhado (site), pela Porto Serviços e Comércio, para divulgação dos produtos da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais;
- (xi) Serviços de "Call center" contratados da Porto Atendimento;

- (xii) Aquisição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
- (xiii) Serviços de gestão e controle de benefícios concedidos previstos em apólices aos segurado pela Porto Serviços e Negócios; e
- (xiv) Serviços de assistência automotiva e residencial pela Porto Serviço S.A. (iii).

Os saldos a receber por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Ativo	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Azul Seguros	154.547	8.155
Porto Saúde	51.711	24.055
Portoseg	44.884	45.676
Porto Consórcio	31.415	17.135
Porto Serviço	28.483	10.640
Porto Atendimento	10.134	8.712
Porto Vida e Previdência	6.898	5.326
Porto Capitalização	4.730	1.769
Crediporto	4.623	2.896
Itaú Auto e Residência (i)	—	332
Demais	10.831	8.078
	348.256	132.774

Passivo	Junho de 2026	Dezembro de 2025
Porto Seguro S.A.	4.425	462
Porto Saúde Participações	30	105
Porto Serviço Negócios	—	401
Renova	—	17
Proteção e Monitoramento	—	2
	4.455	987

	Receitas		Despesas	
	Junho de 2026	Junho de 2025	Junho de 2026	Junho de 2025
Portoseg	188.665	134.063	(39.096)	(24.098)
Porto Saúde	152.509	99.504	(81.509)	(73.587)
Porto Consórcio	93.358	65.510	(34.242)	(30.730)
Porto Serviço (ii)	68.064	456	(982.865)	—
Porto Atendimento	51.986	41.920	(61.382)	(53.121)
Porto Vida e Previdência	23.792	13.131	—	—
Crediporto	20.305	3.615	(13.141)	(14.447)
Porto Capitalização	12.154	9.715	(2.501)	(2.965)
Portopar	4.990	4.820	(525)	—
Porto Serviço Intermediação e Agenciamento de Negócios	3.566	2	—	—
Renova	3.551	2.100	(17)	—
Serviços Médicos	3.508	3.939	(1.601)	—
Proteção e Monitoramento	3.499	3.208	(23)	(271)
Porto Seguro Saúde Ocupacional	3.211	3.225	(5.425)	(5.244)
Porto Serviço Negócios S.A	3.171	950	(251)	(225)
Porto Seguro Gestora de Recursos	2.258	1.596	(3.986)	(3.280)
Porto Asset Management	2.059	2.593	—	—
Porto Serviços e Comércio	2.017	3.118	(1.326)	(1.163)
Itaú Auto e Residência (i)	1.293	2.569	—	(249)
Unigás	1.132	1.233	—	—
Portomed	715	95	(7.470)	—
Porto S.A.	156	76	(1.210)	(6.134)
Azul Seguros	51	127.230	(12.424)	—
Renova Peças Novas	1	3	—	—
Porto Odonto	1	—	—	—
CDF S.A (ii)	—	46.183	—	(747.728)
Porto Assistência Participações (ii)	—	7.784	—	(94)
Porto Saúde Participações	—	—	(30)	—
Demais	—	—	(60.152)	—
	646.012	578.638	(1.309.176)	(963.336)

(i) Em fevereiro de 2026, a Itaú Auto e Residência foi incorporada pela Porto Cia.

(ii) Em outubro de 2025 a Porto Assistência Participações junto com a CDF S.A foram incorporadas na Porto Serviço S.A.

35.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Junho de 2026	Junho de 2025
Participação nos lucros – administradores	(70.703)	(48.909)
Honorários de diretoria e encargos	(14.806)	(21.750)
Benefícios	(1.405)	(1.501)
	(86.914)	(72.160)

36. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41– Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Junho de 2026	Junho de 2025
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	1.243.877	832.109
Média ponderada do número de ações durante o período	717.468	717.468
Resultado por ação básico e diluído	1,7337	1,1598

37. OUTRAS INFORMAÇÕES

Com base nos trabalhos desenvolvidos, em 06 de agosto de 2026, o Comitê de Auditoria recomendou aos respectivos órgãos sociais, por unanimidade, a autorização para emissão e/ou aprovação destas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2026 em conjunto com as informações trimestrais da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as reguladas SUSEP do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo Porto. Não identificamos assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de julho de 2026, a Administração da Companhia aprovou, em reunião da Diretoria, a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 134.123 com base nas reservas de lucros, os valores foram pagos na mesma data de aprovação.